

**CULTURA, CIDADANIA E SEGURANÇA: UM  
DEBATE ACERCA DA IMIGRAÇÃO NO  
MUNDO CONTEMPORÂNEO**

***CULTURE, CITIZENSHIP AND SECURITY: A  
DEBATE ON THE IMMIGRATION IN THE  
CONTEMPORARY WORLD***

***CULTURA, CIUDADANÍA Y SEGURIDAD: UN  
DEBATE SOBRE LA INMIGRACIÓN EN EL  
MUNDO CONTEMPORÂNEO***

**Maria Catarina Zanini**

---

Graduada em Curso de Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS (1987). Mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília- UnB (1997). Doutora em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo- USP (2002). Possui pós-doutorado pelo Museu Nacional (MN-UFRJ) (2008).

E-mail: zanini.ufsm@gmail.com

**Filipe Seefeldt de Césaró**

---

Graduando de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e pesquisador voluntário do Núcleo de Estudos Contemporâneos (NECON) e do Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional (MIGRAIDH).

E-mail: fsdecesaro@hotmail.com

## Cultura, Cidadania e Segurança: Um debate acerca da Imigração no Mundo Contemporâneo

---

### RESUMO

O presente artigo busca esclarecer os principais elementos do processo de securitização da imigração e de que forma sua expressão se dá nas sociedades por meio de noções de cidadania e cultura. Esse processo essencialmente se destaca como pós-Guerra Fria, envolvendo a lógica de mobilidade humana empregada pelo Estado-nação, as relações e significados intersubjetivamente compartilhados em relação ao “outro” e a expressão, pela condição social de migrante, daquilo que mantém nacionalmente unidas muitas sociedades contemporâneas. É nesse sentido que o texto a seguir almeja relevância: busca analisar um processo essencialmente corrente em nosso tempo e que expõe muitas características do Estado nacional moderno.

**Palavras-chave:** cultura; cidadania; securitização; imigração.

### ABSTRACT

The present article aims to clarify the principal elements of the process of securitization of immigration and in which way its expression takes place in societies through notions of culture and citizenship. This process essentially stands out as post-Cold War, involving the logic of human mobility established by the Nation-state, the relations and meanings intersubjectively shared about the “other” and the expression, by the social condition of immigrant, of what keeps nationally united many contemporary societies. It is in this sense that the following text aims for some relevance: it seeks to analyse a process essentially underway in our times and that exposes many characteristics of the modern national State.

**Key words:** culture; citizenship; securitization; immigration.

### RESUMEN

Este artículo tiene por objeto aclarar los principales elementos del proceso de securitización de la inmigración y cómo su expresión se produce en las sociedades a través de las nociones de cultura y

ciudadanía. Este proceso se encuentra esencialmente como post-Guerra Fría, envolviendo la lógica de movilidad humana empleada por el Estado-nación, las relaciones y significados compartidos intersubjetivamente en relación al "otro" y la expresión, de la condición social de los inmigrantes, de lo que mantiene unida a nivel nacional muchas sociedades contemporáneas. Es por eso que el siguiente texto visa relevancia: busca analizar un proceso esencialmente corriente en nuestro tiempo y que expone muchas características del Estado nacional moderno.

**Palabras clave:** cultura; ciudadanía; securitización; inmigración.

## 1 INTRODUÇÃO: IMIGRAÇÃO, CIDADANIA E CULTURA

A mobilidade, processo corrente na civilização humana desde seus primórdios, sempre esteve ligada a profundas implicações sociais, econômicas e políticas. Na medida em que as sociedades se complexificaram, os processos migratórios se tornaram interdependentes a maiores particularidades desenvolvidas não só pelas mudanças na lógica de Estado, mas também pelos resultados da cada vez maior interconectividade mundial e pelas auto percepções das sociedades.

Essas mudanças podem ser entendidas a partir do contexto de formação do Estado westfaliano e de que forma sua concepção ao longo dos séculos atingiu um maior poder de moldar a comunidade nacional sob sua responsabilidade – levando o indivíduo a ser reconhecido e concebido, legitimamente, apenas como nacional (pertencente a uma comunidade, a uma estrutura de padrões e planos

## Cultura, Cidadania e Segurança: Um debate acerca da Imigração no Mundo Contemporâneo

---

determinados de vida): “[...] este plano não é simplesmente um padrão destituído de significado moral: é um plano de conduta correta, uma organização de conceitos sobre o bom, a verdade e, mesmo, a beleza” (REDFIELD, 1956, p. 400).

Na medida em que, ainda como interpreta Redfield (1956), a ampliação das sociedades fragmentou unidades culturais e fez a base de atuação da sociedade se expandir de tradição para invenção social deliberada e escolha consciente, a mobilidade humana passou a envolver não apenas o impacto com a lógica de fronteira nacional, mas também o impacto intercultural. Esse fenômeno, a partir de reflexão de Vertovec (2011), torna-se claro por meio da associação, nas sociedades de recebimento de migrantes, entre “cultura” e “integridade” através de uma lógica funcionalista, que resulta muitas vezes em uma noção de “perda cultural” quando das supracitadas situações de interação entre duas culturas diferentes.

O projeto histórico de Estado-nação objetiva, por meio da formação de blocos cultural-nacionais imaginados como homogêneos, estabelecer a demarcação de sua população. Nesse âmbito, a cidadania em sua acepção moderna é um vínculo jurídico entre pessoa e Estado, algo que expressa sua comunhão a esse Estado como sendo maior do que a qualquer outro – é uma questão de soberania. Essa, portanto, consolida o monopólio do Estado como extensivo também sobre a própria identidade do indivíduo. Como aponta Reis (2004), é a partir desse panorama que a imigração redefine a tríplice relação:

obriga o Estado a formalizar as regras de acesso à cidadania, historicamente vinculada a uma condição identitária, a nacionalidade.

Nas próximas seções, será feita uma reflexão acerca dos principais elementos que se encontram presentes na mobilidade humana contemporânea, incluindo as relações de poder e a racionalidade estatal, a cidadania e a nacionalidade e, por fim, a cultura.

### 1.1 IMIGRAÇÃO: EXPRESSÃO DE RELAÇÕES DE PODER

Frente um sistema internacional cada vez mais interdependente e onde atores não estatais e o poder sobre a informação passam a ter maior importância, a análise da condição social de migrante é capaz de fornecer um mapa de algumas das relações de dominação presentes nas sociedades contemporâneas.

O controle de fronteiras para ingresso em território nacional, o conjunto de significados socialmente construídos em relação ao “outro” e o nível de politização dos temas de imigração, refúgio e asilo são alguns dos elementos indicadores de uma “volatilidade” que essencialmente envolve os processos migratórios. Manipuláveis pelo Estado de imigração, esses elementos indicadores se modificam em favor das necessidades do contexto e a partir de um cálculo de tipo custos/benefícios – econômicos, políticos, sociais e culturais:

## Cultura, Cidadania e Segurança: Um debate acerca da Imigração no Mundo Contemporâneo

---

se a função de tudo isso, dos fatos como dos discursos, aparece como uma lembrança para os imigrantes de sua condição de trabalhadores apenas tolerados e tolerados a título provisório, o objetivo visado é o de poder agir sobre a realidade social (ou seja, a imigração) até submetê-la à definição que dela se dá (SAYAD, 1998, p. 54).

É nesse sentido que a migração funda-se, especialmente a partir do momento que começa a chocar-se com o ideal de soberania nacional para delimitar, como uma expressão que põe no indivíduo um reflexo dos mecanismos utilizados para a satisfação de um ideal de sociedade econômica e culturalmente homogênea, uma realidade social controlada de forma a dirigir-se nesse sentido.

Os elementos supracitados refletem diretamente da identidade do indivíduo que migra. Por natureza, é enraizada na circunstância vivida, na indefinição contínua e está sempre ligada às perspectivas de reconhecimento. A fronteira entre ser ou não reconhecido como “ser social” está posicionada nesse meio termo existencial, de dois mundos sociais, dois tempos e dois lugares, como propõe a antropologia total da migração de Sayad (2000). O processo de migrar está, então, necessariamente entranhado numa experiência local-temporal: “Portanto, ser e lugar pautam a experiência existencial e prática do imigrante. Ser e lugar se configuram num binômio fundamental para se tentar entrar na lógica das migrações e dos imigrantes” (FERREIRA, 2011, p. 255). A situação social na qual o migrante se insere, portanto, engloba-o no que Sayad (2000) chama de fato social total, um processo que envolve relações duais com o

espaço, o tempo, a terra e o grupo de origem (e o grupo para o qual se entrou) e elementos diversos que envolvem a própria experiência de migrar, nos vários aspectos da vida humana (social, político, psicológico, físico, etc).

Da mesma forma pela qual o indivíduo não existe ou não é sujeitificado internacionalmente (apenas nacionalmente, vinculado a uma comunidade), o migrante é apenas concebido a partir do *status quo* de trabalhador. Seu “álibi” justificador é o trabalho, é o que legitima sua presença em um território que não o de sua nação de origem. Essa relação direta, marcada pelo senso comum, subordina a condição humana à condição de mão de obra, de elemento de produção que apenas se faz presente e assim lhe é permitido estar porque dele se faz necessário economicamente por um período momentâneo. Nesses termos, o migrante é associado a uma parte de uma conjuntura maior, de uma dinâmica de capitalismo avançado que desloca contingentes humanos para produção que, por assim o serem, têm o direito de penetrar a fronteira nacional. À mesma conclusão chegou Ayman Zohry ao analisar o norte africano como uma reserva de mão de obra barata para a Europa:

após trinta anos de medidas restritivas em migração, em resposta a essas mudanças demográficas, os países europeus começaram a entender que restringir a migração é incompatível com suas perspectivas econômicas (ZOHRY, 2005, p. 5).

## Cultura, Cidadania e Segurança: Um debate acerca da Imigração no Mundo Contemporâneo

---

Diante das reflexões apresentadas, entende-se que não apenas a nível interno o Estado se mostra como um dos protagonistas em processos migratórios. Assim como reflete relações de dominação sobre o indivíduo, a migração expressa também assimetrias de poder interestatais, diferentes direcionamentos de política externa que expressam a sobreposição de interesses de um país sobre outro. Nesse aspecto, Sayad (1998) estabelece uma divisão, que varia de acordo com as necessidades do país dominante, entre o tratamento da migração como tema interno ou como tema de relações internacionais: esse último busca estabelecer negociações, acordos e contratos para formalizar um mercado de ofertas de mão de obra migrante. A partir desses aspectos de tomada de decisão, a porosidade das fronteiras é seletiva e a migração é tomada como questão interna em momentos de crise econômica, quando apenas são mantidos ou enrijecidos os estatutos jurídicos que regram a entrada e estadia de não-nacionais. Esse processo está diretamente ligado a uma política de gestão de riscos, tema melhor tratado à frente no texto.

Na próxima seção, debateremos brevemente alguns elementos aquém daqueles de dimensão estatal, e que estão estabelecidos no mundo contemporâneo em uma dimensão muito mais intersubjetiva.

### 1.2 DIREITO, PERTENCIMENTO E IDENTIDADE: O COMPLEXO SOCIAL DA IMIGRAÇÃO

---

Além da já mencionada adequação contemporânea dos fluxos populacionais a determinadas relações de poder estabelecidas, é importante que entendamos como três elementos fundamentais fazem parte da dinâmica social envolvida nos processos migratórios: direito, pertencimento e identidade. Em seguida, e para fins de esclarecimento, faremos a definição de cada um dos elementos, algo então sucedido pelo posicionamento dos mesmos na dimensão social da imigração.

O direito (na expressão da cidadania) a que nos referimos aqui é a principal ferramenta estatal de demarcação formal de soberania sobre uma população. A cidadania, antes de tudo, é o pertencimento a uma comunidade política, é o “direito a ter direitos”. Na visão de Jerónimo e Vink:

a cidadania é necessariamente limitada a um grupo definido de pessoas que são identificadas como membros da comunidade política e, portanto, não pode deixar de estabelecer uma fronteira entre *nós* e os *outros* (2013, p. 24).

A cidadania, nesse sentido, é comumente conceituada como a formulação político jurídica de uma identidade social, assim formalizada a partir de um vínculo burocrático com o Estado. Sua relação com a imigração e com a tão teorizada divisão entre o “nós” e o “eles” abre diversas discussões, que necessariamente entram no

## Cultura, Cidadania e Segurança: Um debate acerca da Imigração no Mundo Contemporâneo

---

campo de discussão da nacionalidade e da identidade, e, é claro, de como ambas são construídas.

A nacionalidade é comumente definida a partir da ideia de pertencimento a uma coletividade reunida em torno de uma noção nacional. A construção dessa convergência identitária em uma população recebe intenso debate; no entanto, é palco de uma unânime necessidade entre os autores clássicos de que uma análise da nacionalidade envolva ferramentas multidirecionais. Portanto, entendemos aqui que a relação da nacionalidade com a cidadania é complementar e, em geral, varia de acordo com um amplo contexto:

Nações e seus fenômenos associados devem dessa forma ser analisados em termos de condições políticas, técnicas, administrativas, econômicas e demais requerimentos". "Por essa razão elas são, em minha visão, um fenômeno duplo, construídas essencialmente de cima, mas que não podem ser entendidas a menos que também analisadas de baixo, isto é, em termos de suposições, esperanças, necessidades, anseios e interesses de pessoas comuns, que não são necessariamente nacionais e ainda menos nacionalistas (HOBSBAWN, 1990, p. 10).

O meu ponto de partida é que nacionalidade, ou, como um pode preferir na visão daqueles variados significados dessa palavra, *nation-ness*, assim como nacionalismo, são artefatos culturais de um tipo em particular. Para entendê-los de forma apropriada nós precisamos considerar cuidadosamente como eles vieram a se tornar seres históricos, de que maneiras seus significados mudaram ao longo do tempo, e porque, hoje, eles comandam tão profunda legitimidade emocional (ANDERSON, 2006, p. 4).

Portanto, e como Smith (1991) aponta, cidadania e nacionalidade partem de bases constitutivas diferentes (envolvem construção de burocracia vinculativa e criação de um tecido social comunitário, respectivamente), mas possuem função semelhante: a demarcação de populações e o suporte das soberanias nacionais.

Cabe-nos perguntar, entretanto, qual a relação dos novos processos migratórios com estruturas tão enraizadas no mundo contemporâneo – e, logo, quais as consequências dessa relação para a identidade nacional. Partindo da ideia de que “[...] a nação é evocada a partir de verdadeiras experiências nas quais é psicologicamente benéfico fazer a identificação” (BLOOM, 1990, p. 61), é necessário entender que a construção de laços de pertencimento identitário e político em uma coletividade perpassa, dentre outras coisas, por experiências, significações e memórias que se dão fechados na dimensão social do grupo. Nesse sentido, ainda que a formação de uma coesão e de um carisma grupal seja um processo dinâmico e multidirecionado, tende a estruturar-se de modo a diferenciar o *ingroup* do *outgroup*. Invariavelmente, partindo disso, é possível concluir que uma construção social do tipo estabelecidos e *outsiders*, como interpreta Elias (2000), está no cerne da história da constituição de comunidades políticas. É claro que, como interpreta Lebow (2008), a contemporaneidade pode, por vezes, relativizar essa construção social. No entanto, quando propomos discutir segurança e migração, entendemos que a última põe em expressão a divisão acima citada.

## Cultura, Cidadania e Segurança: Um debate acerca da Imigração no Mundo Contemporâneo

---

O “não nacional”, portanto, ainda pode ser analisado como elemento catalisador da evocação das forças que, moldadas ao contexto da atualidade, reinventam e muitas vezes intensificam os alicerces da nacionalidade. Apesar de não podermos generalizar a construção da nacionalidade pela negação do “outro”, podemos afirmá-la como muito presente nos processos migratórios contemporâneos – afinal de contas, dinâmico como é, o pertencimento nacional é construído justamente por sua renovação, reformulação e evocação, algo que a migração desencadeia:

[...] processos culturais transnacionais contemporâneos e movimentos de populações, ideias, e capital têm sido acompanhados por um aumento em uma política de identidade que é uma celebração da nação. Esse é um momento no qual um grande número de pessoas, não mais enraizadas num único lugar, vai para grandes distâncias para revitalizar, reconstruir, ou reinventar não apenas suas tradições, mas também suas reivindicações territoriais e históricas das quais elas foram deslocadas (SCHILLER et al, 1995, p. 52)

A migração, ao reinventar alguns dos parâmetros que guiam a organização social contemporânea, fundamentalmente reorganiza, paralelamente, a forma pela qual as sociedades buscam evocar sua identificação – seu pertencimento nacional. O transnacionalismo, de Schiller (1992), e a translocalidade, de Appadurai (1997), nos exemplificam fenômenos de reinterpretção do vínculo nacional a partir da migração, que, nesses casos, inovam a forma pela qual os deslocados mantêm ativo seu pertencimento (por um lado) e

reinventam a forma pela qual as sociedades de recebimento reagem a esse deslocamento (por outro lado) – esta última é tratada mais à frente. Inclui também a construção nacional em sua versão contemporânea a relação entre a migração e a pós-colonialidade, e como a dialética da última e a interação posta em movimento pela primeira regram a intensificação da nacionalidade de colonizados e colonizadores (bom exemplo disso é nos dado por Argélia e França, no pós-independência).

### 1.3 CULTURA E IMIGRAÇÃO: O COMPLEXO SIMBÓLICO DA IMIGRAÇÃO

Nesta seção, analisaremos de que forma a cultura, em grau complementar à já citada constante reinvenção e construção da nacionalidade, estabelece muitas das principais características dos processos migratórios contemporâneos e da forma pela qual os mesmos são recebidos pelas unidades nacionais. Em conformidade com o escopo deste trabalho, vamos limitar a análise a uma reflexão sobre a posição da cultura no mundo contemporâneo e nos processos de imigração.

A cultura, definida de forma breve, diz respeito ao “conjunto de valores, estruturas cognitivas e conhecimento acumulado” (PORTES, 2008, p. 6), como, por exemplo, a linguagem. Nesse sentido, e utilizando os termos de Bourdieu (1989), a cultura pode ser entendida como um conjunto de sistemas simbólicos estruturantes e

## Cultura, Cidadania e Segurança: Um debate acerca da Imigração no Mundo Contemporâneo

---

estruturados - através da padronização de costumes e condutas, reinventa relações sociais e é por essas, paralelamente, reinventada:

A história da vida individual de cada pessoa é acima de tudo uma acomodação aos padrões de forma e de medida tradicionalmente transmitidos na sua comunidade de geração para geração. Desde que o indivíduo veio ao mundo os costumes do ambiente em que nasceu moldam a sua experiência dos fatos e a sua conduta (BENEDICT, 2000, p.15).

Nesse sentido, podemos entender a cultura como pertencente a um campo invisível de poder, a um domínio social que, de tão naturalmente absorvido, é tido como fundamental, como precedente. A manipulação desse domínio é que assume posição central nos processos migratórios da atualidade, já que, ao passo em que a noção social de cultura é alterada, mudam também aspectos fundamentais de percepção sobre indivíduos não nacionais:

Assim, a cultura pode ser modelada, controlada e regulada, governando muitas ações e práticas sociais. Nessa sequência, os artefatos culturais ligados a práticas culturais eleitas, reinventadas ou herdadas, tornam-se mais presentes e tendem a produzir, de forma mais acentuada, um significativo poder sobre as representações e práticas sociais locais (SEVERINO, 2012, p. 6).

A manipulação a que nos referimos é ferramenta política para a criação de um complexo de implicações do domínio cultural no domínio social, ou seja, do conjunto de costumes e práticas estabelecidas no conjunto de relações de uma coletividade. Vertovec (2011) capta esse processo como emergente nos anos 80, período em

que os discursos políticos passaram a cada vez mais portarem oficialmente um fundamentalismo cultural. O que isso implica é uma noção invertida de cultura, contrária à sua acima citada natureza dinâmica e estruturante-estruturada – “é um entendimento de cultura que é na atualidade comumente expresso como essencializado, também associado com a concepção de cultura como reificada, limitada, biologizada ou hereditária” (VERTOVEC, 2011, p. 243). Nesse sentido, o mundo contemporâneo vê crescer, juntamente aos intensos processos migratórios, uma noção de cultura como estática e imutável; portanto, como blocos homogêneos e impenetráveis.

A ascensão desse tipo de manipulação das percepções sociais de cultura se dá tanto como suporte às já mencionadas constantes reinvenções da nacionalidade quanto como resposta imediata à ascensão de novos atores internacionais e fluxos populacionais. Nesse contexto, a imigração apresenta-se, invariavelmente, como o objeto referente de políticas que busquem uma alteração de relações sociais através de mudanças nas percepções de cultura. Isso está expresso, em especial, pelo que a análise de Vertovec e Wessendorf (2010) conclui ser a ascensão da oposição política ao multiculturalismo, postas em movimento justamente através de uma distorção daquilo que é cultura, e, nesse caso, daquilo que é multicultural. É o uso da política para distorcer culturalmente e atingir socialmente. Os autores estipulam alguns pressupostos linguísticos utilizados por tal distorção, dentre os quais: “multiculturalismo alimenta separatismos”, “multiculturalismo suprime o

## Cultura, Cidadania e Segurança: Um debate acerca da Imigração no Mundo Contemporâneo

---

debate”, “multiculturalismo nega os problemas”, etc. Aqui temos um bom exemplo de como a formulação político-discursiva, através do uso linguístico performativo, de Austin (1962), pode alterar percepções sociais acerca de cultura.

Portanto, nessa seção pudemos entender brevemente um processo contemporâneo que envolve o enquadramento político da definição de cultura para a alteração de percepções e relações sociais sobre a imigração. Tal uso do termo “cultura” entra necessariamente no meio da política em que as arenas de poder são postas em movimento mais por serem invisíveis e constantemente reinventadas do que por serem perceptíveis a uma primeira análise. Assim, a cultura, à frente da nacionalidade e da cidadania, pode ser considerada o domínio mais maleável a uma ação política direcionada para o controle e a restrição de fluxos migratórios – ou seja, de segurança. Eventos como o recente ataque à redação da revista francesa Charlie Hebdo põem em expressão como discursos midiáticos e políticos podem modular a percepção que se tem de uma cultura exógena, evocando a si o poder de construir novas realidades sociais a partir de casos extremos isolados. É majoritariamente nos campos não visíveis à primeira vista que atua o poder político sobre a definição de cultura, algo que ocorre com tanta facilidade justamente por sua inerência ao ser humano, como nos mostra a definição de biopoder:

série de fenômenos que me parece bastante importante, a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política,

ZANINI, M. C.; CÉSARO, F. S. de.

---

numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. (FOUCAULT, 2008, p. 3).

Tratamos nas seções passadas, em linhas gerais, como a imigração se relaciona no mundo contemporâneo com aspectos de poder, de nacionalidade e cidadania, e, finalmente, de cultura. A seguir, trataremos mais da relação entre Estado, segurança e migração em geral, para que, em seguida, concluamos a proposta estabelecida por esse trabalho.

## **2. MIGRAÇÃO E ESTADO**

### **2.1 MIGRAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA A RACIONALIDADE ESTATAL**

Já explicitamos anteriormente que as migrações são envolvidas, essencialmente e de maneira protagonista, por atores estatais. Característico desses (ao menos quando democráticos), o cálculo político para tomada de decisão a respeito de qualquer tema passa por geralmente longos processos, que se encaminham para resultar em formulações jurídicas. Tais expressam, para o caso de políticas migratórias, a filtragem de diversas noções de nação advindas de diferentes grupos de pressão: "as políticas de migração refletem o dissenso dos diferentes atores políticos, dentro e fora do Estado, sobre a construção de suas fronteiras" (REIS, 2004, p. 160). No entanto, ainda permanece a questão: como o deslocamento humano é afetado,

## Cultura, Cidadania e Segurança: Um debate acerca da Imigração no Mundo Contemporâneo

---

nas sociedades contemporâneas, sob a lógica da racionalidade estatal?

Elencaremos aqui duas formas pelas quais isso é passível de ocorrer, e que estão entre as várias interpretações possíveis para o tema: política externa (para países de emigração) e segurança (para países de imigração). Vale destacar que essa classificação não pretende enquadrar emigração como exclusivamente relacionada à política externa ou imigração como exclusivamente relacionada à securitização. Um Estado pode ter a percepção de que um processo emigratório é ameaça à sua segurança, assim como pode perceber que um processo imigratório deve ser tratado pela esfera da política externa. Adotamos aquela classificação porque converge melhor com os objetivos e a extensão de pesquisa prevista para este estudo.

A emigração vista a partir de um viés de política externa não necessariamente constitui de um fenômeno possibilitado apenas pelas mudanças sociais abrangentes inerentes à globalização. Porque formulada por um bloco político centralizado e direcionada para um fenômeno tão antigo, a política externa para emigração pode ser facilmente ajustada ao contexto e às necessidades consideradas como prioridades da nação. Isso é notável no que Cervo (1992) interpreta como “braço da política externa”, quando analisa a emigração italiana para o Brasil segundo vista pelo governo Mussolini: os emigrados seriam, nesse sentido, a presença do país de sua origem no país para o qual migraram – emigração notada de um ponto de vista de

oportunidade ao Estado, como um suporte de assistência às ambições políticas relativas ao exterior. É importante frisar que a ligação entre política externa e emigração tem um caráter adaptável ao projeto nacional e às suas necessidades de decorrência histórica, política, social ou econômica. O transnacionalismo incentivado por discursos institucionalizados, por exemplo, é capaz de alterar a percepção do indivíduo emigrante sobre seu pertencimento. É claro que esse processo envolve uma gama de elementos específicos a cada caso, e o estudo de Glick Schiller e Fouron (1997) sobre o Haiti demonstra nesse sentido como foi possível não apenas a ligação entre política externa e emigração, mas também entre raça (o negro haitiano) e nação – tudo isso, novamente, segundo as necessidades racionais do Estado.

A imigração também é comumente posta, especialmente após os ataques do 11 de setembro, como um tema envolvido pela racionalidade presente na lógica de Estado-nação. Assim, flexibilizar ou enrijecer fronteiras é também lidar com segurança. O processo efetivo pelo qual um tema é vinculado à agenda de segurança de um país será tratado mais à frente – o que nos interessa nesse momento é entender que a formação da nação sobre a égide do Estado a condicionou, enquanto sociedade, a tomar como racionalmente legítimo o pensamento de que qualquer entrada de povos estrangeiros em seu território seria uma potencial ameaça à sua integridade, e,

## Cultura, Cidadania e Segurança: Um debate acerca da Imigração no Mundo Contemporâneo

---

portanto, à sua segurança<sup>1</sup>. Através dessa racionalização, interpreta-se:

ao invés de um valor ou fato, a segurança se torna uma linguagem e/ou um interesse, conhecimento ou habilidade profissional ligada a organizações em particular, que são sempre moldadas em relação a outras linguagens, atores e práticas que as contestam (HUYSMANS E SQUIRE, 2009, p. 9).

Esse processo marca, de maneira drástica, o padrão de conduta social em relação ao extra comunitário, aquele que não se enquadra ao encaixe social representado pelo “nós”. Segurança e imigração são, assim, a segunda relação da qual nos utilizamos para ilustrar alguns tipos de influência da racionalidade do Estado contemporâneo sobre os processos migratórios.

Ainda nos resta responder a mais duas questões: Como se dá o processo de securitização da migração? De que maneira ele se expressa na sociedade? De tais perguntas trataremos nas seções a seguir.

### 2.2 A SECURITIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO

---

<sup>1</sup> Significância da percepção de segurança para a constituição de uma comunidade política está em voga dentre os temas de estudos de segurança, como aponta van Munster (2005). A definição de segurança social aqui usada é ligada à coesão social, ou ao carisma grupal, portanto essencial para a constituição de uma comunidade política, como posto por Elias (2000).

Os debates sobre segurança no campo das Relações Internacionais tornaram-se mais variados e multidirecionados a partir dos anos 80, paralelamente às novas dinâmicas do sistema internacional gradualmente em voga. As interpretações clássicas de segurança passaram a sofrer novas necessidades teóricas, e nesse sentido a Escola de Copenhague tem grande importância. Ao tomar o ambiente de segurança como construído a partir de um contexto social próprio, tal escola não apresenta a segurança como algo pré-determinado presente na estrutura na qual os atores estão inseridos – como apontariam os estudos clássicos de segurança. Nesse sentido, segurança e discurso são tomados como dois elementos que se encontram em constante interação para a criação de uma realidade intersubjetiva antes não existente ou não socialmente percebida como tal. A partir daí é que o processo securitizador toma forma: parte de interesses articulados para legitimar novas percepções acerca de um determinado tema. Portanto, como interpreta van Munster (2005), securitizar é tornar um objeto socialmente visível como ameaça real:

por securitização entendemos o processo político e intelectual de identificação de um objeto como ameaça, concluindo, assim, que o assunto deve passar a constar no domínio (e na agenda) da segurança (BRANCANTE E REIS, 2009, p. 3).

É importante destacar também que o caráter de um processo securitizador é essencialmente de exceção, incorporado em discursos

---

## Cultura, Cidadania e Segurança: Um debate acerca da Imigração no Mundo Contemporâneo

---

institucionalizados a partir de um momento específico, no qual a personificação de um objeto oposto é percebida como necessária à sobrevivência de uma unidade (social, cultural, política e econômica) pelo ator que securitiza:

a securitização se torna uma prática intersubjetiva em que o agente securitizador busca correlacionar socialmente uma ameaça existente à sobrevivência de uma unidade. O agente tem êxito se a sobrevivência de certa unidade passar a ser assunto crucial e socialmente aceito, por exemplo, por conta de um grande fluxo migratório para dentro dos limites territoriais de um Estado, afetando sua cultura, língua, raça, etc. (NEVES E LOTÉRIO, 2013, p. 2)

De que forma se dá, no entanto, a securitização de temas específicos em migração? Nesse momento, estabelecemos três elementos importantes para ilustrar de forma satisfatória tal processo: “contaminação” discursiva, externalidade em relação aos atores e extensão do ato securitizador para uma política de gestão de riscos.

Os autores da Escola de Copenhague dão atenção ao que chamam de uma análise de segurança que envolva vários setores, definidos como “áreas distintas de discurso nas quais uma variedade de diferentes valores podem ser o foco de lutas de poder” (BUZAN ET AL, 1997, p. 196). Cada setor (como o econômico, por exemplo), possui seu próprio conjunto de dinâmicas e objetos referenciais, que, no entanto podem exercer influência intersetorial quando da geração de um processo securitizador – a própria imigração é em diversos

casos tratada em setores diferentes do social, como o econômico e o da saúde (como nos exemplifica a fala de Jean-Marie Le Pen, candidato ao Parlamento Europeu, que em junho deste ano afirmou que o vírus do ebola poderia “resolver o problema da imigração na Europa”<sup>2</sup>). Nesse sentido, a migração está sujeita a avaliações, considerações e objeções de diferentes áreas de discurso, algo que não só possibilita a positiva maior discussão acerca do tema, mas também potencializa a negativa facilidade para a formação de significados coletivos que, por meio de elementos legitimadores provenientes de variadas áreas, resultem no atendimento de interesses articulados para uma agenda de segurança. Portanto, o tratamento dado a temas de migração depende, de modo geral, de certa “contaminação” discursiva. É essa característica dos processos de securitização que normalmente os faz ecoar em diferentes arenas de discurso, assim passando a permear aspectos da cultura política nacional e, comumente, de complexos de segurança (a serem definidos a seguir).

O novo *framework* para análises de segurança de Copenhague adiciona um novo elemento ao conceito de complexos de segurança, em comparação aos estudos clássicos:

as dinâmicas formativas e a estrutura de um complexo de segurança são normalmente formadas pelas unidades envolvidas – por suas percepções de

---

<sup>2</sup> Fonte: <<http://www.publico.pt/mundo/noticia/ebola-pode-resolver-o-problema-de-imigracao-da-europa-considera-jeanmarie-le-pen-1636950>>. Acesso em: 12/10/14.

---

## Cultura, Cidadania e Segurança: Um debate acerca da Imigração no Mundo Contemporâneo

---

segurança e interação entre si – mas também devem surgir de securitizações coletivas de pressões externas geradas pela operação de complexos metasistemas (BUZAN et al, 1997, p. 201).

Assim, entende-se que complexos interestatais de segurança, que necessariamente envolvem unidades que percebem-se como compartilhadoras de problemas de segurança comuns e interligados, podem também ser estruturados partindo de fenômenos externos às unidades. A migração nesse sentido é perfeitamente visível como um processo formador de um complexo de segurança a partir de uma lógica vertical, que é externa e pressionadora dos atores estatais e da estrutura de segurança que os envolve. O exemplo mais citado nesse sentido é o da Diretiva do Retorno pela União Europeia, de 2008, que responde aos novos fluxos migratórios para a Europa e, dentre outros aspectos, permite ao país manter detido o imigrante indocumentado por 18 meses antes de sua deportação – esse é o poder que o contato entre o Estado e uma externalidade inesperada tem.

O terceiro e último elemento citado por nós para essa seção constitui do potencial que um ato securitizador possui de gradualmente evoluir para uma política de gestão de riscos. Ao contrário do ato discursivo de securitização, a gestão de riscos, conforme exposta por van Munster (2005), não envolve uma decisão de cunho binário (que

resulte na relação amigo/inimigo), mas sim um tipo de identificação constante e regulador de ameaças em potencial. Nesse sentido,

em gestão, um sujeito não é encontrado como uma única pessoa com algum tipo de indispensável singularidade, mas como um agregado de fatores, uma modulação que pode ser gerida e domada através de constante monitoramento (VAN MUNSTER, 2005, p. 7).

Tal monitoramento é apenas possibilitado por um enquadramento preventivo de perfis, biografias e características humanas assim consideradas dentro de um conjunto unificado e de potencial ameaça à integridade e à segurança nacionais – é ampliada, sobre o ângulo estatal, a capacidade de controle da vida humana a partir da criação de uma realidade em que monitoramento, vigilância e supervisão são necessários constantemente, pois “se a modernidade criou o pânico moral, na pós-modernidade é moral entrar em pânico” (DOUZINAS, 2009, p. 379). O objetivo então é antever o objeto securitizado, e, para o caso da imigração, estabelecer poder sobre grandes populações. O controle de fronteira, no entanto, não constitui apenas a expressão de tal poder; é também uma ferramenta social de seleção que busca evitar que indivíduos com determinado perfil (baseado em atributos econômicos, culturais e raciais) entrem em contato com a sociedade civil, algo que revelaria seu caráter político. É, portanto, mais fácil controlar um fluxo migratório que, apesar de já

## Cultura, Cidadania e Segurança: Um debate acerca da Imigração no Mundo Contemporâneo

---

securitizado, é posto como assunto não político e que merece assim um tratamento de prevenção simbólica:

o mascaramento do caráter intrinsecamente político do fenômeno efetuado, enquanto abundantemente carregado de implicações políticas, constitui uma das malícias que a lógica propriamente simbólica, a lógica da ordem simbólica, exige (SAYAD, 1998, p. 67).

A gestão de riscos, portanto, consolida a noção posta pela securitização e a engessa sob a forma da despolitização dos temas de migração. Expressa a tentativa de evitar o constrangimento de ter que lidar com populações que buscam melhores oportunidades de vida e que, dessa forma, revelam um elemento comum entre o “nós” e o “eles”:

A única base moral possível para oferecer refúgio a alguém que desembarca em Dover, embora não tenhamos qualquer obrigação em relação à mesma pessoa a alguns quilômetros dali no Canal, é que ao aportar no território, ao nos olhar na cara, ela se tornou o símbolo da nossa própria Alteridade, e essa proximidade de presença inaugura a obrigação ética que existe para com o rosto que sente dor e sofre, que é também o meu próprio (DOUZINAS, 2009, p. 371).

### 3 A RETROATIVIDADE ENTRE A SECURITIZAÇÃO DA MIGRAÇÃO E A SUA EXPRESSÃO SOCIAL

A partir de todas as reflexões feitas, é possível entender melhor como a migração surge, enquanto tema constante nas agendas políticas nacionais, como problema social. Devemos nos perguntar, no entanto, a quem se põe tal problema social. Ao governo? À população? A seguir, fazemos uma breve discussão conclusiva que nos leva a entender que o problema impacta ambos, e que nisso há uma lógica retroativa desafiadora da perspectiva de uma cidadania pós-nacional.

Já foi apontado que uma das bases fundamentais do Estado-nação é o seu monopólio sobre a mobilidade humana através da padronização jurídico-política de uma população e introjeção, na vida em sociedade, de um sentimento de pertencimento, de nacionalidade. Portanto, a construção do Estado tende a direcionar a população e todas as suas complexidades e diversidades culturais e étnicas para um enquadramento, um projeto unificado de bloco nacional institucionalizado assim em significados correntes na mídia, instituições, políticas e percepções. Tendo isso em mente, é possível afirmar que o projeto de Estado-nação, ou ao menos suas implicações para a identidade de cada indivíduo e para a relação nacional/não-nacional, se mostra, de modo geral, incompatível com a atual conjuntura dos deslocamentos humanos internacionais. Ao moldar as visões de mundo e as realidades sociais, tal projeto estabelece socialmente um tipo culturalista de senso comum, que vê todas as variações de valores e práticas de uma cultura como intrinsecamente interligadas, formadoras de blocos impenetráveis e fechados em si – é a nacionalidade subordinada à noção de cidadania, a condição

---

## Cultura, Cidadania e Segurança: Um debate acerca da Imigração no Mundo Contemporâneo

---

humana subordinada à condição de membro de uma comunidade política e a noção de cultura como algo quantificável, sujeita a ser gradualmente perdida quando exposta a interferências externas.

Nessa perspectiva, a migração é vista por um ponto de vista utilitarista-econômico; ignora-se a nova dinâmica internacional, a defesa dos direitos humanos e a riqueza social que a multiculturalidade pode desempenhar. Não impressiona a facilidade de adesão que discursos de ódio naturalizados possuem, pois convergem com a política cultural da qual depende o sucesso do Estado-nação: “A exclusão dos estrangeiros é, por analogia, tão constitutiva da identidade nacional quanto o é da subjetividade humana” (DOUZINAS, 2009, p. 363).

Não apenas pode-se concluir que as noções utilitaristas de cultura e cidadania correntes na sociedade civil aumentam o interesse político em securitização, mas também que são impulsionadas pelas mesmas:

discursos representando a migração como um desafio cultural para a integração social e política têm se tornado uma fonte importante para a mobilização de retóricas de segurança e de instituições (HUYSMANS, 2000, p. 762).

O conjunto de costumes, padrões de vida e crenças é assim posto em pautas de segurança, de monitoramento e de proteção constante, pois é para isso que a sociedade se direciona (pela manutenção de um senso comum politizado), e é direcionada (por

discursos institucionalizados, por tomadores de decisão e por políticas públicas). Além disso, a incapacidade de denotar apenas à direita conservadora o pensamento cultural-essencialista já citado nos permite estabelecer que “diferentes regimes políticos falam em sua língua comum” (VERTOVEC, 2011, p. 244), ou seja, o discurso culturalista é moldado constantemente de acordo com o contexto sócio-político. Assim, a continuidade de políticas de securitização para com os temas de migração está ligada a uma lógica cíclica que tem como ponto de partida a tomada de decisão racional do agente político de Robert Dahl (1997). Sob essa óptica, o tomador de decisão se encontra diante do seguinte questionamento: porque flexibilizar fronteiras se o que a sociedade reproduz é a vontade de manter sua rigidez sob noções estabelecidas de cultura e de cidadania?

A securitização da migração, nesse sentido, toma corpo quando é aceita e quando faz aceitar. Quando vai ao encontro de mais do que projetos de governo, mas do que está posto socialmente como “nacional”, e toda a valoração que essa noção envolve acerca de cultura e cidadania. Entender o que significa “cultura”, “nacionalidade” e “cidadania” para uma sociedade é entender a lógica pela qual a mesma se percebe e percebe aqueles que a ela não pertencem. É penetrar na lógica de relacionamento que estabelece com políticas de securitização, naturalizando-as de forma a legitimá-las. É entender, de forma geral, como o Estado tende a responder a novos temas que antes não necessitava gerenciar, e que na contemporaneidade é forçado a acomodar. Procuramos, em suma, analisar de forma breve e

---

## Cultura, Cidadania e Segurança: Um debate acerca da Imigração no Mundo Contemporâneo

---

proponente de debate acadêmico um processo comum a nosso tempo e que muito tem a dizer sobre a configuração internacional contemporânea.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, B. **Imagined Communities**. Revised ed. London: Verso, 2006.

APPADURAI, Arjun. Soberania sem territorialidade: Notas para uma geografia pós-nacional. **Revista Novos Estudos do Cebrap**, São Paulo, nº 49, pp. 33-46, 1997.

AUSTIN, J. L. **How To Do Things With Words**. London: Oxford University Press, 1962, 163 p.

BENEDICT, Ruth. A ciência do Costume. IN: BENEDICT, Ruth. **Padrões de cultura**. Lisboa: Ed. Livros do Brasil, p. 13-32, 2000.

BLOOM, W. **Personal Identity, National Identity and International Relations**. 1st. ed. New York: Cambridge University Press, 1990, 197 p.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989.

BRACANTE, Pedro Henrique e REIS, Rossana Rocha. A Securitização da Imigração: um mapa do debate sobre e algumas considerações críticas. **Revista Lua Nova**, São Paulo, nº 77, p. 73-104, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n77/a03n77.pdf>>.

BUZAN, B.; WEAVER, O.; WILDE, J. DE. **Security: A New Framework for Analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publishers Inc., 1998, 124 p.

CERVO, Amado Luiz. **As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, Instituto Italiano de Cultura, 1992.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.

DE BOTTON, Alain. **Religião para ateus**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

DOUZINAS, Costas. **O Fim dos Direitos Humanos**. São Leopoldo: Editora Unisinos, pp. 349-385, 2009.

ELIAS, Norbert. Introdução. IN: ELIAS, Norbert. **Os Estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 7-50, 2000.

FERREIRA, C. E. R. O imigrante como um subversivo prático-político, possibilidade de um “novo mundo” – o projeto universal-cosmopolita dos Direitos Humanos em contraposição à Soberania territorial. **Emancipação**, v. 11, n. 2, p. 253–266, 20 dez. 2010. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>

FOUCAULT, M. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

**Cultura, Cidadania e Segurança: Um debate acerca da Imigração no Mundo Contemporâneo**

---

HOBSBAWN, E. J. **Nations and Nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality**. 1st. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

HUYSMANS, J.; SQUIRE, V. Migration and Security. In: CAVELTY, D. et al. (Eds.). **Handbook on Security Studies**. 2009. ed. London: Routledge, 2009. p. 1–20.

HUYSMANS, J. The European Union and the Securitization of Migration. **JCMS: Journal of Common Market Studies**, v. 38, n. 5, p. 751–777, dez. 2000.

JERÓNIMO, Patrícia; VINK, Maarten Peter. Os múltiplos de cidadania e os seus direitos. **Conferência "Portugal, os Açores e a Europa: novas cidadanias"**, Ponta Delgada, University of Azores, 2013.

LEBOW, Richard Ned. Identity and International Relations. **International Relations**, v.22, n. 4, p. 473-492, 2008.

NEVES, A. V.; LOTÉRIO, B. **Securitização de Processos Migratórios**. IV Encontro Nacional ABRI, **Anais**, Belo Horizonte: 2013. Disponível em: [http://www.encontronacional2013.abri.org.br/resources/anais/20/1370052701\\_ARQUIVO\\_SecuritizacaoadeProcessosMigratorios.pdf](http://www.encontronacional2013.abri.org.br/resources/anais/20/1370052701_ARQUIVO_SecuritizacaoadeProcessosMigratorios.pdf)

PORTES, A. **Migration and Social Change: Some Conceptual Reflections**. Theorizing Key Migration Debates, **Anais**, Princeton: Oxford University, 2008.

ZANINI, M. C.; CÉSARO, F. S. de.

---

REDFIELD, Robert. Como atua a sociedade humana. IN: SHAPIRO, Harry. **Homem, cultura e sociedade**. Rio de Janeiro: Fondo de Cultura, pp. 397-423, 1972.

REIS, R. R. Soberania, direitos humanos e migrações internacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 55, p. 149–161, 2004.

SAYAD, Abdelmalek. O que é um imigrante? IN: SAYAD, Abdelmalek. **A imigração**. São Paulo: EDUSP, p.45-72, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. Imigração e convenções internacionais. IN: SAYAD, Abdelmalek. **A imigração**. São Paulo: EDUSP, p.235-286, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno constitutivo da condição do imigrante. **Travessia**, Rio de Janeiro, Ano XII, 2000.

SCHILLER, N. G.; BASCH, L.; BLANC, C. S. From immigrant to transmigrant: theorizing transnational migration. **Anthropological Quarterly**, v. 1, n. 68, p. 48–59, 1995.

SCHILLER, N. G.; FOURON, G. Laços de sangue: os fundamentos raciais do Estado-nação transnacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 48, p. 33–66, 1997.

SCHILLER, Nina Glick; BASCH, Linda; BLANC-SZANTON, Cristina. Towards a definition of transnationalism. **Annals of the New York Academy of Sciences**, v. 645, nº 1, p. ix-xiv, 1992.

SEVERINO, J. R. **Migrar/emigrar/imigrar: algumas reflexões sobre cultura e território**. VIII ENECULT, **Anais**. Salvador: ago. 2012

**Cultura, Cidadania e Segurança: Um debate acerca da Imigração no Mundo Contemporâneo**

---

SMITH, A. D. **National Identity**. London: Penguin Group, 1991, 236 p.

VAN MUNSTER, R. Logics of Security : The Copenhagen School , Risk Management. **Political Science Publications**, v. 10, p. 1–19, 2005.

VERTOVEC, S. The Cultural Politics of Nation and Migration. **Annual Review of Anthropology**, v. 40, n. 1, p. 241–256, 21 out. 2011.

VERTOVEC, S.; WESSENDORF, S. **The Multiculturalism Backlash: European discourses, policies and practices**. Abingdon: Routledge, 2010, 110 p.

ZOHRY, A. **Migration Without Borders : North Africa as a Reserve of Cheap Labour for Europe**: Migrations Without Borders.